OS RESULTADOS ELEITORAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL COMO REFLEXO DE SUA FORÇA ORGANIZACIONAL

Letícia Z. Bonaccorsi¹

Isabela de Souza Gomes²

Resumo

Com as constantes crises políticas na América Latina, pensar sobre os fatores dessa equação é essencial. Os partidos políticos são um desses fatores, e o presente trabalho propõe-se a analisar como essas agremiações se estruturam no Brasil. As análises sobre os partidos têm como objetivo a operacionalização do indicador de infraestrutura partidária, a partir de algumas variáveis. Ao final da pesquisa os dados dos partidos serão comparados entre si, possibilitando uma análise abrangente dentro dos diferentes espectros ideológicos. O objetivo geral é obter um quadro geral comparativo da infraestrutura partidária de todas as legendas no Brasil e com isso entender se tal fato gera melhores ou piores desempenhos eleitorais. Para analisarmos a competição eleitoral, utilizamos o resultado das eleições de 2018 para deputado federal no país, com objetivo de testarmos o índice de maneira prática. Para a definição em fortes, medianos e fracos, usamos um índice que estruturamos com base nas seguintes variáveis: i) densidade eleitoral; ii) complexidade organizacional; iii) idade do partido; iv) extensividade; v) justaposição parlamentar partidária; vi) capilaridade territorial. Este índice é uma adaptação e ampliação do modelo proposto por Bolognesi, Costa e Codato (2015) e Scarrow, Webb, & Poguntke (2017). Os diferentes espectros ideológicos apresentam partidos em todos os níveis da escala, não sendo portanto suficiente para explicar a competitividade eleitoral. Ao pensarmos em um índice com variáveis múltiplas, podemos analisar com mais prudência o quanto a estrutura e sua força podem variar de partido para partido, que estratégias de atuação e alocação de recursos e poder podem ser distintas. Nosso objetivo é com base nos estudos de Tavits (2012), de que toda essa organização interna pode refletir em um maior resultado eleitoral, é fomentar o debate sobre a organização dos partidos em seu meio interno é fundamental para que possam manter-se atuantes.

Palavras-Chave: partidos políticos; organização partidária; força organizacional.

1. INTRODUÇÃO

Os partidos políticos são parte essencial para que aconteça o ápice do exercício da democracia representativa no Brasil: as eleições. A candidatura individual não é possível no país e, ainda que um candidato eleito possa seguir seu mandato sem um partido, é obrigatório que para concorrer a algum cargo público eletivo ele esteja filiado a alguma agremiação partidária. Isso coloca essas instituições

¹ Graduanda em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários (LAPeS); leticia.bonaccorsi@gmail.com.

² Graduanda em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários (LAPeS); isas.gomes16@gmail.com.

num grau elevado de importância dentro de um sistema político que praticamente as não considera quando acabam as eleições. O que não significa dizer que os partidos sejam ponto de partida da tomada de decisão na hora do voto, uma vez que são uma das instituições com menor confiança da sociedade, mas sim que são essenciais ao jogo eleitoral.

A estrutura dos partidos brasileiros está organizada de acordo com o formato geral definido pela Lei dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.096 de 1995, que determina a criação de órgãos e instâncias de decisão aos níveis municipal, estadual e nacional, além de conselhos especializados e de departamentos de representação setorial. No entanto, os partidos têm liberdade para se organizar de forma autônoma, e, assim, podem haver particularidades na atuação dos partidos a nível nacional e em relação aos estados. Dessa forma, analisamos a estrutural no nível macro, considerando que tal organização seja refletida nas outras instâncias, e também nos possibilita um resultado com um panorama mais geral da situação no Brasil.

O modo como as organizações partidárias se estruturam e funcionam demonstram características importantes sobre os modelos partidários e quais têm predominância dentro de um sistema partidário e político. De acordo com Panebianco (2005) e Katz & Mair (1994), práticas organizacionais, regras internas, formação da coalizão dominante e o processo de seleção dos candidatos são variáveis de suma importância, pois demonstram como os atores políticos têm o acesso ao poder interno do partido político, assim como afetam as relações desses com a sociedade civil e o Estado.

Maurice Duverger (1980) também traz a discussão sobre os partidos políticos, com uma teoria geral em que tipifica os modelos de partido. Dentre as tipologias que o autor traz, o conceito de partido de massa é o que trabalha com características específicas que podem ser trazidas para o contexto das democracias modernas. Dentre as especificações deste conceito estão: a) organização interna de alta intensidade; b) origem extraparlamentar; c) forte articulação estrutural entre as instâncias partidárias; d) forte doutrinário; e) subordinação dos parlamentares ao partido; f) financiamento compartilhado entre os membros do partido; g) rigorosos requisitos de filiação (Duverger, 1980). Tais características são relevantes na construção do partido enquanto um competidor eleitoral mas também a de participante ávido da sociedade civil, uma vez que, a socialização interna dos partidos é uma forma de trocas sociais.

A infraestrutura tem como objetivo, portanto, solidificar uma agremiação partidária, seja no jogo eleitoral, como na atuação na sociedade. Sendo assim, com base na força da infraestrutura dos partidos no Brasil, pretendemos constatar se uma complexidade maior na estruturação leva a um

resultado eleitoral mais satisfatório. Tal indagação é construída sob as colocações de Tavits (2012) e de Calvo & Murillo (2004) de que a organização interna dessas agremiações é um fator especialmente significativo para um desempenho eleitoral positivo. O que é colocado, em especial por Tavits (2012) com seus estudos nas democracias da República Tcheca, Estônia, Hungria e Polônia no período pós comunista, é que, uma vez que os partidos têm uma disposição mais robusta de elementos que compõem a sua estrutura interna, a promoção da mobilização e da participação dos eleitores ocorre de forma mais orgânica e forte. Buscamos, neste trabalho, trazer uma contribuição ao debate acerca da relação entre organização partidária e sucesso eleitoral, no intuito de entender se os partidos mais organizados internamente são os que se encontram um bem sucedido resultado eleitoral, analisado neste artigo através do número de cadeiras alcançadas para deputado federal em 2018.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para esse trabalho, a partir da discussão de Tavits (2012) e Calvo & Murillo (2004), a hipótese que pretendemos testar é se partidos com maior força de infraestrutura apresentam maior sucesso eleitoral, ou seja, se eles se mostram capazes de converter a sua organização em cadeiras na Câmara dos Deputados. O trabalho de Tavits (2012) aponta para alguns fatores que podem ter maior peso na organização, descrevendo indicadores capazes de mensurar esta força nas legendas definidos a partir de três conjuntos de critérios: i) a quantidade de membros e sua atuação; ii) a extensividade da organização; iii) a profissionalização na organização central do partido.

Para esse estudo, utilizamos como recorte os deputados federais eleitos em 2018 no Brasil. Para realizarmos o teste da hipótese de que o porte da infraestrutura dos partidos influencia na relação com o sistema partidário, utilizaremos um método para mensurar a força organizacional, sendo este uma adaptação e ampliação do modelo proposto por Bolognesi, Costa & Codato (2015) e Scarrow, Webb, & Poguntke (2017). O índice é composto por variáveis que buscam abranger algumas faces da organização do partido, sendo critérios desde quantitativos, vislumbrando a estrutura de cargos do partido, a sua longevidade e critérios de atuação territorial. Ao propormos um índice com múltiplas variáveis, pretendemos não deixar que fatores diferentes tenham pesos diferentes. Assim como não levamos em consideração lideranças políticas de figuras carismáticas que podem elevar a um maior apreço popular pela legenda.

A partir do exposto anteriormente, classificamos as variáveis da seguinte forma:

QUADRO 1 – QUADRO COM AS VARIÁVEIS DO ÍNDICE DE FORÇA ORGANIZACIONAL

Nome da variável	O que se busca mensurar	Mensuração e fonte
Densidade eleitoral	Essa variável tem por finalidade mostrar a aceitação que o partido tem frente aos eleitores e sua capacidade de cativá-los, sendo assim, quanto maior a proporção de filiados entre os eleitores.	Mensuração: refere-se a quantidade de filiados ao partido dividido pelo número de eleitores do mesmo partido na última eleição Fonte: TSE
Complexidade organizacional	Trata-se de como o partido organiza-se internamente, ou seja, as secretarias e comissões que criam a fim de atender demandas da instituição (comunicação, relações externas) assim como refletir demandas da sociedade (secretaria de mulheres, jovens). Essa variável refere-se a quão profissionalizada é a organização do partido, pois quanto mais órgãos internos existirem, mais profissionalizada e complexa tende a ser a instituição.	Mensuração: quantidade de órgãos especializados. Fonte: TSE
Idade do Partido	Foi medida em anos até o ano de 2017, uma vez que imaginamos que as estruturas sejam construídas previamente às eleições em 2018. Quanto mais tempo de vida um partido tem mostra o quanto é capaz de sobreviver mesmo com mudanças de lideranças e troca de governos (Epstein, 2009). Com isso é possível constatar que a organização do partido está além dos membros que o ocupam, possibilitando a adaptação aos diferentes cenários (Panebianco, 2005). Com uma idade maior, os partidos conseguem se manter mais fortes na memória do eleitor, dispensando a informação completa e consequentemente diminuindo o custo do voto.	Mensuração: a partir dos estatutos de formação dos partidos. Fonte: TSE
Extensividade	Refere-se a quantidade de membros que ocupam a executiva do partido. Quanto mais alta for essa variável, menor é a chance de caciquismos dentro da instituição, sendo assim possibilitando uma maior representatividade do eleitorado	Mensuração: calcula-se quantos membros fazem parte dos diretórios. Fonte: TSE
Justaposição parlamentar-partidária	Refere-se a quantidade de membros que ocupam a executiva do partido e não possuem cargos eletivos. Mostra a capacidade do partido em inserir membros não eleitos em cargos	Mensuração: calcula-se quantos membros que compõe os diretórios e quantos deles possuem cargos eletivos. Fonte: TSE

	burocráticos, sendo assim, quanto maior o número desse tipo de membro, maior a força organizacional do partido.	
Capilaridade territorial	Essa variável mostra a presença do partido nos municípios seja com diretórios, seja com comissões provisórias. Esse dado mostra a capacidade e extensão da atual partidária frente os diferentes cenários existentes dentro do país. Isso mostra que ele possui uma organização forte e ao mesmo tempo uma base próxima aos eleitores, sendo assim, as candidaturas lançadas tendem a ter maior alcance, tornando o custo menor.	Mensuração: calcula-se em quantos municípios do país há sedes do partido. Fonte: Borba e Cervi (2017)

Fonte: LAPeS/UFPR (2020)

Para as variáveis que não aplicadas de forma relacional (capilaridade e densidade eleitoral) o resultado dos partidos são apresentados de forma normalizada, aplicando-se a fórmula abaixo³, numa escala de 0 a 1, a fim de tornar possível a comparação entre as variáveis.

$$y = \frac{(x_i - x_{\min})(b - a)}{x_{\max} - x_{\min}}$$

3. RESULTADOS

Inicialmente traçamos o índice conforme as categorias citadas anteriormente, definindo os partidos com força intrapartidária forte, média e fraca. Conforme a tabela abaixo.

TABELA 1: RESULTADOS DAS VARIÁVEIS

PARTIDO	DENSIDADE	COMPLEXIDADE	IDADE	MEMBROS NA EXECUTIVA	JUSTA POSIÇÃO	CAPILARIDADE	SOMA	MÉDIA
AVANTE	0,00130	0	0,61765	0,07609	0,05556	0,23627	0,98686	0,16448
DEM	0,00771	0	0,85294	0,23370	0,44444	0,62154	2,16034	0,36006
MDB	0,01690	0	1	0,04348	0,22222	0,99838	2,28098	0,38016
NOVO	0,00010	0	0	0,01087	0,00000	0,00144	0,01240	0,00207

³ Onde x_i representa o valor a ser convertido, $x_{\min}$ é o menor valor encontrado, $x_{\max}$ maior valor encontrado, 'b' o valor máximo da escala e 'a' o valor mínimo da escala da escala pretendida, aqui usamos a = 0 e b = 1

PATRIOTA	0,00053	0,19231	0,08824	0,08696	0,11111	0,21921	0,69835	0,11639
PCB	0,00278	0,30769	0,55882	0,03261	0,00000	0,00844	0,91035	0,15172
PCdoB	0,00010	0	0,79412	0	0,05556	0,57361	1,42339	0,23723
PCO	0,00002	0,19231	0,52941	0,01087	0,00000	0,00036	0,73297	0,12216
PDT	0,00885	0,23077	1	0,10326	0,27778	0,81364	2,43431	0,40572
PHS	0,00148	0	0,52941	0,04348	0,11111	0,42819	1,11367	0,18561
PMB	0,00028	0	0	0,09783	0,00000	0,17217	0,27028	0,04505
PMN	0,00156	0	0,73529	0,13043	0,05556	0,15978	1,08263	0,18044
PODE	0,00114	0,15385	0,52941	0,10870	0,44444	0,22244	1,45998	0,24333
PP	0,01015	0	0,58824	0,63043	1,00000	0,92549	3,15432	0,52572
PPL	0,00028	0,30769	0,11765	1	0,00000	0,13716	1,56278	0,26046
PPS	0,00339	0	0,67647	0,15217	0,00000	0,63339	1,46543	0,24424
PR	0,00563	0	0,26471	0,11413	0,05556	0,27612	0,71614	0,11936
PRB	0,00278	0,11538	0,29412	0,09783	0,00000	0,36912	0,87923	0,14654
PROS	0,00066	0,42308	0,05882	0,16304	0,00000	0,51831	1,16391	0,19399
PRP	0,00176	0	0,70588	0,28804	0,00000	0,16014	1,15582	0,19264
PRTB	0,00096	0	0,52941	0,04891	0,05556	0,31472	0,94957	0,15826
PSB	0,00461	0,57692	0,79412	0,19022	0,16667	0,92352	2,65606	0,44268
PSC	0,00298	0	0,73529	0,09783	0,05556	0,34093	1,23259	0,20543
PSD	0,00228	0,5	0,11765	0,26630	0,05556	0,58689	1,52868	0,25478
PSDB	0,01027	0	0,76471	0,44022	0,44444	0,83357	2,49321	0,41553
PSDC	0,00131	0	0,52941	0,13587	0,00000	0,30539	0,97198	0,16200
PSL	0,00161	0,15385	0,5	0,11957	0,11111	0,48456	1,37069	0,22845
PSOL	0,00104	0,26923	0,29412	0,13043	0,00000	0,14183	0,83665	0,13944
PSTU	0,00012	0	0,58824	0,02174	0,00000	0,02029	0,63038	0,10506
PT	0,01118	0,30769	0,97059	0,55435	0,05556	0,97235	2,87172	0,47862
PTB	0,00841	1	1	0,88043	0,55556	0,68384	4,12824	0,68804
PTC	0,00139	0	0,73529	0,03261	0,05556	0,35260	1,17745	0,19624
PV	0,00265	0,38462	0,64706	0,29348	0,05556	0,64075	2,02411	0,33735
REDE	0,00015	0,23077	0	0,16304	0,00000	0,12011	0,51407	0,08568
SD	0,00141	0,53846	0,05882	0,15217	0,66667	0,36840	1,78594	0,29766
DESVIO PADRÃO								0,14609

Fonte: LAPeS/UFPR (2020)

Com esses resultados podemos perceber como certas variáveis aumentam ou diminuem o valor final do índice. Isso nos possibilita perceber como partidos mais velhos de fato tem uma maior capilaridade dentro do país, por exemplo, apontando para uma possível relação entre elas e que geram um valor mais ou menos expressivo ao índice.

Para podermos classificar os partidos de acordo com a sua infraestrutura, definimos três categorias principais: forte, mediana e fraca, e para tal utilizamos o desvio padrão. Para partidos que tenham como valor do índice de zero até um valor do desvio padrão (de 0 a 0,14609) classificamos como fracos. Os que tenham valores no intervalo de um e dois de desvios padrões (de 0,1461 a 0,29218) como medianos e os que apresentem valores acima de dois desvios padrões (acima de 0,29219) como fortes. A classificação de todos os partidos está na tabela abaixo.

TABELA 2: ORDENAÇÃO POR NÍVEIS DE FORÇA

PTB	0,68804	Forte
PP	0,525719	
PT	0,478619	
PSB	0,442676	
PSDB	0,415535	
PDT	0,405718	
MDB	0,380164	
DEM	0,360057	
PV	0,337352	
SD	0,297656	
PPL ⁴	0,260463	Médio
PSD	0,25478	
PPS	0,244238	
PODE	0,24333	
PC do B	0,237231	
PSL	0,228448	
PSC	0,205431	
PTC	0,196242	

⁴ Analisamos o PPL separado do PC do B porque a fusão dos partidos se deu somente no ano de 2019, após a eleição aqui observada.

PROS	0,193985	
PRP ⁵	0,192637	
PHS ⁶	0,185612	
PMN	0,180438	
AVANTE	0,164477	
DC	0,161996	
PRTB	0,158261	Fraco
PCB	0,151724	
PRB	0,146539	
PSOL	0,139442	
PCO	0,122161	
PR	0,119357	
PATRIOTA	0,116392	
PSTU	0,105064	
REDE	0,085678	
PMB	0,045047	
NOVO	0,002067	

Fonte: LAPeS/UFPR (2020).

A partir dessa classificação testamos a hipótese, que os partidos classificados como fortes a partir do índice seriam os que teriam as maiores bancadas (PTB, PP, PT, PSB, PSDB, PDT, MDB, DEM, PV, SD).

⁵ Analisamos o PRP separado do Patriota porque a fusão dos partidos se deu somente no ano de 2019, após a eleição aqui observada.

⁶ Analisamos o PHS separado do Podemos porque a fusão dos partidos se deu somente no ano de 2019, após a eleição aqui observada.

FIGURA 1: DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS POR PARTIDO EM 2018

Fonte: Câmara Legislativa.

Ao fazermos uma análise mais profunda, obtivemos os dados expostos na tabela a seguir:

TABELA 3 – CORRELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE CADEIRAS E O ÍNDICE DE FORÇA DOS PARTIDOS

Cadeiras	Correlação de Pearson	Cadeiras	Força
		1	,517**
	Sig. (2 extremidades)		0,001
	N	35	35
Força	Correlação de Pearson	Cadeiras	Força
		,517**	1
	Sig. (2 extremidades)	0,001	
	N	35	35

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração própria (2020).

As variáveis apresentam um coeficiente de correlação de 0,517, o que denota que há uma linearidade positiva moderada entre ambas. Considerando, ainda, o valor do Sig (0,001), podemos afirmar que há uma correlação significativa entre as variáveis. A hipótese que apresentamos aqui, portanto, de que há relação de dependência entre os níveis de infraestrutura dos partidos – fracos, médios e fortes – e o número de cadeiras ocupadas no Congresso Nacional apresenta uma correlação significativa no modelo proposto.

FIGURA 1 – GRÁFICO DE DISPERSÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE CADEIRAS E O ÍNDICE DE FORÇA DOS PARTIDOS

Fonte: Elaboração própria (2020).

O diagrama acima ilustra os dados de correlação apresentados na tabela 3, mostrando uma tendência positiva entre as variáveis. O gráfico demonstra, ainda, a correlação moderada apresentada anteriormente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, o que se constata a partir do resultado das eleições do legislativo em 2018 e os dados acerca da infraestrutura partidos é que o nível de complexidade organizacional dos partidos, que envolve variáveis como a longevidade, capilaridade e profissionalização dos partidos, possui, de fato, influência sobre os resultados eleitorais. Contudo, como é possível constatar no gráfico da Figura 1, existem casos em que esta hipótese não se aplica. Os exemplos mais nítidos destes casos são partidos como o PV, que, apesar de apresentar um índice equivalente à categoria “forte”, possui um

total de 4 cadeiras no Congresso, ou o PRB e o PR que, sendo partidos fracos, possuem 30 e 33 cadeiras, respectivamente. O PSL, citado anteriormente, também contraria a hipótese inicialmente apresentada no texto, possuindo a segunda maior bancada no Congresso – 52 cadeiras – mesmo sendo um partido de força média.

Estas constatações podem apontar que fatores como identificação ou o repúdio por algum espectro ou legenda, por exemplo, podem ser mais significativos na hora da tomada de decisão do eleitorado do que o enraizamento da estrutura do partido. No entanto, são capazes de apontar para a influência positiva que uma instituição de estrutura forte pode gerar na sociedade brasileira.

Em 2018, a já conhecida polarização se acentuou e refletiu em resultados que nosso índice não foi capaz de prever. Como dito anteriormente, a ideologia partidária não é contemplada no índice, no entanto, um fato que poderia se esperar é que partidos que seguem o padrão de Duverger e poderiam ser considerados de massas, originalmente mais ligados à esquerda, teriam organizações internas mais estruturadas. Tal fato poderia explicar o sucesso do PT, mas com certeza não explicaria o sucesso de seu opositor, que fez o segundo maior número de cadeiras, o PSL. As diferenças entre esses partidos estão para além da ideologia, suas secretarias, suas idades, suas permeabilidades na sociedade e até mesmo sua exposição na mídia tradicional, são completamente diferentes. Reforçando, portanto, que uma organização interna mais estruturada não gera necessariamente resultados eleitorais maiores, assim como uma disposição mais fraca não refletiria em baixos desempenhos.

De acordo com o que foi constatado por Tavits (2013) nos países do leste europeu, ou Calvo & Murillo (2004) na Argentina, a força da estrutura organizacional gera, portanto, impacto no sucesso eleitoral no Brasil, sendo possível inferir que partidos com mais organização de fato tenham eleitores fiéis. O ano eleitoral 2018 trouxe novos debates considerando o universo das eleições no Brasil, mas o que nós pretendemos neste artigo é trazer um retrato de como os partidos brasileiros estão se organizando enquanto parte importante para a execução da democracia no país. E o que podemos constatar ao final desta análise é que a organização partidária não é essencial para o sucesso eleitoral dos partidos. Ainda que, conforme mostrado por Braga & Pimentel Jr. (2011), a identificação com os partidos seja muito baixa no Brasil, o que ocorre é uma afeição (ou a falta dela) a um partido por parte do eleitor, levando que ele escolha esse ou aquela legenda na hora do voto e isso não pode ser relacionado com uma estrutura consolidada na sociedade que essa organização, mas sim a representação de uma causa ou demanda. Vale ressaltar que, por mais importantes que sejam as contribuições dos partidos para a manutenção da democracia, não se pode presumir a sua relevância

nos resultados eleitorais, ou seja, não é possível afirmar de saída que os partidos possuem influência direta no sucesso eleitoral de seus candidatos.

É importante, ainda, considerar que, além da hipótese apresentada neste artigo, ainda é necessário verificar a importância da força organizacional dos partidos em outros níveis eleitorais além das nacionais, no caso das eleições estaduais e municipais. Seria necessário um estudo específico no intuito de constatar ou não esta possibilidade, até porque muitas vezes as estruturas tidas nos diretórios nacionais não conseguem ser replicadas nas outras instâncias dessas agremiações. Além disso, a força organizacional dos partidos pode ser considerada também para explicar outros fatores para além do sucesso eleitoral. Shomer, Put & Gendalya-Lavy (2018), olhando para os casos da Bélgica e de Israel, apontam que fatores como a democracia interna dos partidos afetam os níveis de confiança que o eleitorado coloca nos partidos – partidos mais democratizados em seus processos internos tendem a conquistar mais a confiança do eleitorado. O que significaria que o partido seria capaz de ter uma força de pressão de demandas para além do período eleitoral e nas suas outras instâncias que não apenas a nacional.

REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. **Organización y Funcionamiento Interno de los Partidos Políticos en América Latina**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2001.

BOLOGNESI, Bruno; COSTA, Luis Domingos; CODATO, Adriano. A revolução silenciosa no Partido dos Trabalhadores no Brasil. In: **Encontro Da Associação Brasileira De Ciência Política**, 10, Belo Horizonte, p. 1– 27, 2016.

BORBA, Felipe; CERVI, Emerson Urizzi. Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. In: **Anais Anpocs** (pp. 1–23). Caxambu, 2017

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, vol. 14, n. 2, p. 454–485, nov. 2008.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR, Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. **Opinião Pública**, vol. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011.

CALVO, Ernesto; MURILLO, Maria Victoria. Who delivers? Partisan clients in the Argentine electoral market. **American Journal of Political Science**, vol. 48, n. 4, p. 742–757, 2004.

CÂMARA LEGISLATIVA. **Deputados Federais Eleitos em 2018**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/DeputadosEleitos/index.html?fbclid=IwAR0lQq9pPwqiYTdQwcIk07RHSh80mgcoLDo-0kcI6KUer8t2LhyvpsXsp2s>> Acesso em: 14/05/2020,

CODATO, Adriano Nervo; COSTA, Luis Domingos; CERVI, Emerson Urizzi. A direita brasileira em perspectiva histórica: uma socioanálise dos partidos de direita e dos seus políticos da democracia populista à democracia liberal (1945-2010). In **Anais Anpocs**. Águas de Lindóia, 2013.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora UnB, 1980.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

MAIR, Peter. Party organizations: from civil society to the State. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter (Eds.). **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. Londres: Sage, p. 1-22, 1994.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SHOMER, Yael; PUT, Gert-Jan; GEDALYA-LAVY, Einat. Does intra-party democracy affect levels of trust in parties? The cases of Belgium and Israel. **Acta Política**, n. 53, p. 167–183, 2018.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, 8, 171–186, 2011.

TAVITS, Margit. Party organizational strength and party unity in post-communist Europe. **European Political Science Review**, n. 4, v. 3, 2012.

ZUCCO JR, César. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T.; ZUCCO JUNIOR, César (Ed.). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, p. 37-60, 2011.